

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	MÚSICA E DIREITO								
DOCENTE	ANA FLÁVIA CABRAL SOUZA LEITE								
CÓDIGO	GRDDIRATCE5832	SEMESTRE	2021.2	PERÍODO	-	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA		O programa é dividido em 3 partes: (i) estudo sobre a origem do direito à cultura e paralelismo entre o Direito e a Música (direito abstrato, direito positivo, técnica de redação legislativa e de interpretação legal e, de outro lado, o processo de criação musical, composição, métrica, interpretação); (ii) estudo sobre a história da música e apreciação musical; (iii) estudo sobre modelos de gestão e o Direito aplicado. A disciplina tratará de promover uma abrangente reflexão acerca da música como instrumento de organização social, com fundamento em pensadores também utilizados para estudo das teorias de formação do Estado e filósofos contemporâneos, a partir de uma perspectiva humanista. Examinaremos fatos históricos mundiais por meio das composições musicais de seu tempo, assim como a evolução dos sistemas políticos e de positivação do direito à cultura. Abordaremos a história da música brasileira, analisando a música popular e a música clássica, procurando desconstruir a ideia de “erudito” e também entendendo as mudanças do público da música de concerto ao longo do tempo. Trataremos da música como instrumento de formação e de transformação social, bem como das políticas públicas criadas para garantias e afirmação dos direitos concernentes ao acesso à cultura. No campo da gestão, estudaremos modelos atuais de instituições de música de referencia no país e o direito aplicado às suas rotinas. Como desdobramento, analisaremos, do ponto de vista da administração, as semelhanças entre o ambiente corporativo a uma orquestra, comparando dinâmicas dos dois tipos de organização. Ao proporcionar o compartilhamento de conhecimento sobre a música, assim como a oportunidade de vivencia das experiencias junto à orquestra ao longo do ano, pretendemos que os alunos possam adquirir conteúdo técnico e uma visão diferenciada sobre o Direito enquanto fato social e ferramenta de trabalho.
OBJETIVOS		Traçar identidades e paralelos entre o Direito e a Música, promover reflexões acerca de problemáticas atuais sobre a sociedade, questões relacionadas à preservação da memória e do patrimônio cultural, assim como discutir mudanças legislativas ou interpretação legal aplicadas aos assuntos típicos de gestão de orquestra.
METODOLOGIA		Aulas expositivas, análises de textos, convite a especialistas (estudiosos da música, músicos, filantropos que participam de projetos de música, alunos e voluntários que fazem parte de projetos de educação musical, advogados especializados em direito fundacional), visitas à Orquestra Sinfônica Brasileira, participação em ensaios e ida a concertos, trabalho em grupo para análises conjunta para solução de “problemas” hipotéticos, estudo de caso de projetos sociais musicais (Comunidade da Rocinha, Complexo do Alemão, exemplificativamente), estudo de documentários e filmes pertinentes à matéria.
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.
	X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.
	Outras:	
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO		
AULA	TEMA	
1	A Constituição Federal e os Direitos Culturais	
2	História da Música e contextos políticos mundiais emblemáticos (ex. o nazismo e a produção musical na Alemanha). Música a história dos povos.	
3	Políticas públicas de cultura e o papel da sociedade como complementar à efetivação de direitos humanos (iniciativas da sociedade civil)	

4	Música e organização social. O papel das orquestras sinfônicas na sociedade.
5	A Música como elemento de formação, música na escola e desenvolvimento humano integral. Música como terapia na medicina: saúde mental, crianças, adolescentes e idosos.
6	Apreciação musical, território afetivo e a desconstrução do “erudito”, música popular x música clássica. História da música brasileira.
7	Consumo da música, expressão, fruição e teoria do gosto. Lazer x entretenimento. Formação de público. A indústria fonográfica da música clássica. Novas tecnologias de fruição.
8	A positividade do Direito e a Música como fato social - Paralelos. A Lei e a composição musical - técnica de redação de leis e técnica de composição musical.
9	A atividade jurisprudencial e a interpretação musical: paralelos entre os papéis do juiz e do músico.
10	Modelos de gestão de orquestra no Brasil e exemplos internacionais.
11	O Direito aplicado às instituições sem fins lucrativos - Fundações e associações - Papel da Curadoria de Fundações do Ministério Público estadual
12	Temas de gestão: recursos humanos em uma orquestra, o contrato de equipe, negociação coletiva, hierarquias entre as funções dos músicos. Paralelos entre o sistema de organização da orquestra e o ambiente corporativo de uma empresa.
13	Temas de gestão: modelos de financiamento, “fundraising”, fundos patrimoniais “endowments” e leis de incentivo à cultura. “Advocacy” e a importância da representatividade política. Paralelos entre investimento social o mercado financeiro e a captação de recursos.
14	Temas de gestão: a música como instrumento de políticas de responsabilidade social corporativa - gestão de resultados, matriz de avaliação e indicadores.
15	A história da Orquestra Sinfônica Brasileira, seus 80 anos, “turnaround” e as novas perspectivas
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Provas, trabalhos, participação em aula.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio, Ed FGV, 2008; SOUZA LEITE, Ana Flávia Cabral. O caso da Fundação Osesp. Editora: Pau-Brasil. 2014; CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil, Ed. FGV, 2009
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	OLIVEIRA, Leandro. Falando de música, Ed. Todavia, 2020 , BARENBOIM, Daniel e SAID, Edward W. Paralelos e Paradoxos: Reflexões sobre música e sociedade. Editora: Companhia das Letras. 2002; BOURDIEU, Pierre. A Distinção, crítica social do julgamento. Editora: Zouk. 2006; MORENO, Carlos Eduardo. Do arteiro ao artista: caminhos cognitivos para a aprendizagem escolar: protomusicalização. Editora: Casa de Soluções e editora.